

O presente e o futuro da Geografia: uma perspectiva internacional

El presente y el future de la Geografía: una perspectiva internacional

The presente and future of Geography: an international perspective

Rubén Camilo Lois González  

Universidade de Santiago de Compostela – USC, Santiago de Compostela, (Corunha), Espanha
rubencamilo.lois@usc.es

Resumo

Nas últimas décadas, os fatos geográficos adquiriram destaque renovado como resultado da mudança espacial no conhecimento. As explicações historicistas estão perdendo terreno, enquanto os processos de territorialização e desterritorialização, as relações entre eventos que ocorrem em diferentes escalas e os impactos ambientais da ação humana estão ganhando importância para a compreensão do mundo atual. Este artigo parte dessas premissas e busca revisar sistematicamente as principais contribuições da Geografia contemporânea. Destacam-se três muito significativos. Sua contribuição para a análise dos impactos ambientais globais que a ação humana causa no Planeta. O conjunto de mudanças e alterações que são explicadas sob o amplo conceito de Antropoceno. Em segundo lugar, o estudo das desigualdades econômicas, sociais e territoriais existentes nas localidades, nos níveis regional e global. Uma análise baseada no conceito de desenvolvimento desigual e combinado. Por fim, há os desafios impostos pela mobilidade humana, seja na forma de migração internacional ou de viagens de lazer características dos fluxos turísticos. Esses tópicos e o fortalecimento da Geografia como um amplo campo científico ajudaram a aumentar a visibilidade de organizações internacionais na disciplina, particularmente a IGU (União Geográfica Internacional). A IGU é a representante da Geografia no Conselho Internacional de Ciências (ISC) e em várias agências da UNESCO e das Nações Unidas. Essa projeção global do nosso campo de conhecimento ocupa as últimas páginas deste texto.

Palavras-chave: Geografia. Território. Virada espacial. Escala. Internacionalização.

Abstract

In recent decades, geographical facts have acquired renewed prominence as a result of the spatial shift in knowledge. Historicist explanations are losing ground, while the processes of territorialization and deterritorialization, the relationships between events taking place at different scales, and the environmental impacts of human action are gaining importance for

¹Uma versão em espanhol de este texto foi entregue à Academia Nacional Argentina de Geografia para a sua possível publicação, a partir de uma conferência que pronunciei no IGN de Buenos Aires.



understanding the modern world. This article starts from these premises and attempts to systematically review the main contributions of contemporary Geography. Three significant ones stand out: its contribution to the analysis of the global environmental impacts that human action has on the planet; and the set of changes and alterations explained under the broad concept of the Anthropocene; and secondly, the study of existing economic, social, and territorial inequalities in localities, at the regional and global levels. An analysis based on the concept of uneven and combined development; and finally, the challenges posed by human mobility, whether in the form of international migration or the leisure-related travel characteristic of tourist flows. These themes and the strengthening of Geography as a broad scientific field have led to a greater visibility for the discipline's international organizations, especially the IGU (International Geographical Union). The IGU represents Geography on the International Science Council (ISC) and on various bodies under UNESCO and the United Nations. This global projection of our field of knowledge occupies the final pages of this text.

Keywords: Geography. Territory. Spatial shift. Scale. Internationalization.

Resumen

En los últimos decenios, los hechos geográficos han adquirido un renovado protagonismo como consecuencia del giro espacial del conocimiento. Las explicaciones historicistas pierden fuerza, mientras los procesos de territorialización y desterritorialización, las relaciones entre acontecimientos que tienen lugar a diferentes escalas y los impactos ambientales de la acción humana ganan importancia para la comprensión del mundo actual. Este artículo parte de esas premisas y trata de hacer un recorrido sistemático por las principales aportaciones de la Geografía actual. Se destacan tres muy significativas. Su contribución al análisis de los impactos ambientales globales, que la acción humana provoca en el Planeta. El conjunto de cambios y alteraciones que se explican bajo el amplio concepto de antropoceno. En segundo término, el estudio de las desigualdades económicas, sociales y territoriales existentes en las localidades, a nivel regional y mundial. Un análisis basado en el concepto de desarrollo desigual y combinado. Por último, los desafíos planteados por la movilidad humana, bien sea bajo la forma de migraciones internacionales o los desplazamientos ligados al descanso característicos de los flujos turísticos. Estos temas y el reforzamiento de la Geografía como campo científico amplio han permitido mejorar la visibilidad de las organizaciones internacionales de la disciplina, en especial de la UGI (Unión Geográfica Internacional). La UGI es la representante de la Geografía en el Consejo Científico Internacional (ISC) y en diversos organismos dependientes de la UNESCO y de Naciones Unidas. Esta proyección global de nuestro ámbito de conocimiento ocupa las últimas páginas del presente texto.

Palabras-clave: Geografía. Territorio. Giro espacial. Escala. Internacionalización.

Introdução: a construção contemporânea da Geografia tal como nos foi contada

A história e as características distintivas da Geografia contemporânea foram discutidas inúmeras vezes em tratados escritos nas principais línguas do mundo. Alguns dos mais clássicos, como os de P. Claval, H. Capel e J. Ortega Valcárcel, coincidem em apontar que o nascimento da Geografia se identifica com as contribuições de dois grandes autores alemães, A. von Humboldt e K. Ritter (Claval, 1974; Capel, 1981;

Ortega Valcárcel, 2000). Ambos desenvolveram a substância de seu trabalho na primeira metade do século XIX, quando é geralmente aceito que nasceram as ciências sociais e humanas modernas, que continuam a ser cultivadas até os dias atuais.

O século XIX assistiu à consolidação da Geografia como disciplina institucionalizada através da criação de cátedras nas principais universidades e da fundação de sociedades geográficas num bom número de países (Capel, 1981). Além disso, a Geografia do período se caracterizou por ser uma ciência humana altamente condicionada pelo desenvolvimento do imperialismo, que a utilizou para elaborar mapas e análises territoriais de terras distantes, para sistematizar os conhecimentos que delas eram adquiridos e transmitidos pelo sistema educacional formalizado, e para formular um discurso que normalmente tentava justificar a colonização de regiões africanas e asiáticas por meio de uma narrativa eurocêntrica e pró-civilizacional. Em um nível completamente diferente, a Geografia também incorporou e internalizou a tese darwiniana da evolução e adaptação das espécies em campos tão diversos quanto o estudo do ambiente natural, habitat, assentamento e migração; também as primeiras abordagens à geografia política (Darwin, 1859; Ratzel, 1897).

A hegemonia do pensamento e dos autores alemães na disciplina cederá gradualmente lugar à proeminência da Geografia francesa, que se afirmará na transição entre os séculos XIX e XX. De fato, os ensinamentos de P. Vidal de la Blache marcarão uma era inteira na história contemporânea da disciplina. Este autor, junto a um grupo significativo de discípulos, enaltecerá o estudo regional, como expressão de uma leitura geográfica de base historicista que busca caracterizar cada território a partir da interação entre os elementos do meio físico (relevo, clima, vegetação, rios) e o processo secular de humanização do espaço (população, assentamentos, atividade agrícola, industrial, urbanização) (Vidal de la Blache, 1881, 1903). O resultado dessa relação dá origem ao que conhecemos como síntese regional, que permite compreender a alma e o caráter singular de cada uma dessas unidades em que se divide um país ou continente. A personalidade das regiões seria expressa através de uma paisagem única e irrepetível. Portanto, o estudo da Geografia Mundial seria o resultado do conhecimento da personalidade única de todas as regiões do mundo.

O modelo de pesquisa vidaliano alcançou enorme popularidade e disseminação porque permitiu à Geografia desenvolver um discurso científico unificado com uma

análise da natureza e da sociedade ao mesmo tempo. Contou com o apoio da prestigiosa Academia Francesa e não menos apoio das instituições estatais deste país (Robic, 2006). Além disso, permitiu incorporar variáveis históricas o mais próximas possível, sem renunciar a técnicas experimentais em geomorfologia ou biogeografia, e estudos socioeconômicos precisos de localidades e países de vários continentes. A Escola Regional Francesa de Paisagismo determinou o progresso da nossa disciplina em vários países até o século XX. De fato, durante algum tempo, várias escolas geográficas no Mediterrâneo europeu, como a espanhola, a italiana ou a portuguesa, para citar três exemplos, na América do Sul, como a brasileira, a colombiana ou a argentina, e na África, foram completamente dependentes do chamado método regional francês.

O discurso geográfico iniciado por P. Vidal de la Blache foi o primeiro a ter uma vocação hegemônica verdadeiramente global na Geografia. Entretanto, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, outro modelo de análise espacial e territorial, antitético em muitos aspectos ao modelo francês, começou a surgir e também buscou ser generalizado como padrão em todo o mundo. Isso é chamado de geografia analítica ou teórica (popularmente chamada de quantitativa). Essa abordagem atingiu seu ápice nas décadas de 1950, 1960 e início de 1970, quando suas obras mais populares foram escritas (Bunge, 1962; Haggett, 1965; Chorley; Haggett, 1967). Essa nova Geografia surgiu e se espalhou a partir do mundo de língua inglesa, tanto do Reino Unido quanto dos Estados Unidos, e também manteve outro foco importante nos países nórdicos da Europa.

Para a Geografia teórica, o importante é a análise sistemática daqueles processos que ocorrem no espaço. Envolve estabelecer leis gerais sobre esses assuntos, estudar regularidades e, com base nelas, desenvolver teorias, leis e modelos com aplicação universal. Como se pode observar, essa abordagem divergia completamente da abordagem paisagística regional francesa, à medida que buscava contrastar regras generalizáveis com o excepcionalismo que caracterizava a síntese regional (Schaefer, 1953). Pouca consideração foi dada ao passado histórico, e as relações sociedade-natureza sempre defendidas pelos vidalianos foram substituídas por estudos especializados de sistemas e estruturas urbanas, geografia econômica e geografia física. As leis espaciais são elaboradas em territórios regulares e simplificados, nas quais as relações sociais e comunitárias são de menor interesse. Havia preocupação em estabelecer modelos socioeconômicos ou ambientais que pudessem ser generalizados.

Esse objetivo foi amplamente alcançado ao dar à Geografia uma base matemática mais sólida, o que reforçou sua natureza científica.

Como já foi apontado em diversas ocasiões, a geografia teórica ou analítica foi claramente hegemônica por mais de duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, no final da década de 1970, seus postulados e leis gerais começaram a ser questionados pela abordagem da percepção e do comportamento, o que refletiu a influência de uma crescente psicologia behaviorista em nossa disciplina (Bailly, 1979). Além disso, a Geografia da Percepção reintroduziu o homem como protagonista da vida social nos estudos geográficos, após um período em que certos excessos teóricos haviam reduzido sua importância ao mínimo. Quase imediatamente, grande parte da análise espacial e territorial mostrará uma profunda mudança epistemológica com a generalização da teoria social crítica, a ascensão da nova esquerda e do novo marxismo, e o impulso do pensamento alternativo que provocará os eventos de 1968 (especialmente o Maio francês e as mobilizações contra a Guerra do Vietnã) (Bunge, 1971; Lacoste, 1976).

Em pouco tempo, difundiu-se, conforme o contexto, a abordagem da Geografia radical, crítica ou marxista, que se aprofundaria na análise das desigualdades e dos processos de segregação espacial como reflexo dos contrastes econômicos e sociais característicos do sistema capitalista (Capel, 1981). O estudo das cidades, do planejamento urbano e da existência de estruturas territoriais injustas tornou-se enormemente popular (Harvey, 1973). Da mesma forma, é analisado o funcionamento de um sistema global, com seus efeitos de dependência e subdesenvolvimento para numerosos países da África, América Latina e Ásia, fornecendo uma nova dimensão à Geografia regional do mundo (Harvey, 2003; Haersbaert, 2019). Neste contexto, recuperou-se uma geopolítica abandonada desde 1945 para denunciar o imperialismo e os mecanismos de dominação de umas nações por outras, aproveitando-se da sua superioridade militar (Taylor, 1985). Promove-se uma Geografia ativa e combativa, que se mantém viva até os dias atuais em diversas abordagens críticas cultivadas em numerosos países e universidades do mundo, insistindo cada vez mais em perspectivas decoloniais e incorporando as contribuições do feminismo em seus estudos (Porto Gonzales, 2015; Drooglever, 2019). As geografias críticas ou radicais variam do estruturalismo clássico às abordagens pós-modernas, até mesmo subjetivistas, mas em

todas elas a denúncia das injustiças do sistema capitalista e suas consequências espaciais constitui o motivo central da pesquisa.

A guinada espacial do conhecimento e o declínio do historicismo

De uma perspectiva mais teórica, desde as décadas de 1960 e 1970, houve um fortalecimento da importância dos aspectos espaciais e territoriais nas conceituações da ciência, enquanto as narrativas explicativas totalizantes, muitas delas historicistas, perderam o interesse. Tomando como referência a obra de uma série de autores franceses como M. Foucault, G. Deleuze, F. Lyotard ou J. Derrida, assistimos ao questionamento da modernidade, entendida como o progresso da civilização de um estágio inferior para outros cada vez mais complexos e vinculados ao progresso (Foucault, 1969; Lyotard, 1979; Deleuze; Guattari, 1980).

Ressalta-se que a história, independentemente de sua abordagem, fornece uma visão tendenciosa da realidade, pois responde a uma explicação normativa que obscurece outras histórias, espaços de dissidência e marginalização e linguagens alternativas, ao mesmo tempo que negligencia pessoas específicas. Contudo, nessas abordagens cresce a importância dada ao lugar, às estruturas biológicas ou do solo como metáfora do conhecimento, às escalas e à cidade como palco da vida (Lefebvre, 1968). A filosofia francesa desse período abriu as portas para o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, para a importância do momento e das esferas em que ele ocorre, e para uma crescente consideração do espacial *versus* o temporal. Ele reforçou o aspecto geográfico, assim como criticou a imutabilidade da ideia de progresso na narrativa histórica.

Neste contexto, a tentativa de interpretar e compreender o presente através do estudo e da caracterização do passado perde força. Agora será interessante entender o espaço como um produto social (Lefebvre, 1974), defender o direito a uma vida boa na cidade e acreditar que o lugar pode ser, em um curto espaço de tempo, o cenário de uma história que muda tudo (Latour, 2022). Narrativas abrangentes, sejam liberais clássicos defendendo o *status quo* ou marxistas tradicionais, entraram em crise diante de uma nova ciência social interessada em entender a realidade imediata, a organização do espaço e os atores públicos e privados que a moldam. O global e o local ganham força

explicativa, os processos de territorialização são considerados importantes pela filosofia, e todo esse impulso para a geografia está ligado a um reforço da análise sincrônica, ao valor da cartografia em contextos muito diversos (inclusive como obra de arte) e a um crescente relativismo nas explicações dos processos sociais no curto e médio prazo.

A evidente mudança espacial no conhecimento foi acompanhada por um reforço dos chamados estudos culturais. Há também uma ênfase em uma mudança cultural que se estende às Ciências Sociais e Humanas, incorporando novos temas e abordagens à análise científica. Primeiramente, entende-se cultura no sentido amplo do termo, como um conjunto de valores que um indivíduo ou uma comunidade possui e a partir dos quais constrói suas preferências, decide suas opções e estabelece seus comportamentos (Barker, 2012). A cultura, juntamente com a revalorização do lugar, reforça a importância do ordinário, do cotidiano, nas formas de relações sociais e de produção. Neste cotidiano, os usos linguísticos, as formas de expressão, assim como tudo o que diz respeito ao corpo, dão novas dimensões à relação entre as pessoas e o seu meio. Um ambiente onde economia, tecnologia e classe social estão mais intimamente interligadas, onde identidade, etnia e sentimentos de pertencimento a uma comunidade ou território foram fortalecidos. A cultura também influencia a política, que é cada vez mais influenciada pela mídia e pela onipresença da televisão. Interessam as formas que as políticas públicas assumem, especialmente os processos de tomada de decisão e o papel dos atores, os agentes que condicionam a adoção de medidas. Ao mesmo tempo, há um interesse renovado nas manifestações políticas desenvolvidas de baixo para cima: os novos movimentos sociais e de bairro com foco na gestão participativa em bairros, cidades e no nível local. Por fim, a mudança cultural trouxe consigo maior sensibilidade ao que é novo, às ideias dos jovens e aos seus espaços de iniciativa e resistência. Em suma, a abertura a uma perspectiva cultural reforça o espacial e o territorial, numa esfera vivida da existência, tal como formulado por E. Soja no seu Terceiro Espaço (Soja, 1996).

Nos últimos tempos, dois pensadores originais, o francês B. Latour e o americano D. Haraway, confirmaram o papel central que o espaço geográfico adquiriu na filosofia contemporânea. Latour formula uma sociologia renovada da ciência, que dá grande importância às práticas concretas dos cientistas. O funcionamento de

laboratórios experimentais, as classificações taxonômicas, a ascensão profissional de alguns pesquisadores e a organização do trabalho de campo são alguns de seus temas (Latour, 1993; Latour; Woolgar, 1995). Em sua abordagem, tanto as ciências da terra quanto as práticas socioespaciais de grupos e instituições de pesquisa assumem enorme importância. O objetivo não é estabelecer um conhecimento que explique a realidade, mas sim estruturar princípios que sejam administráveis a curto e médio prazo. As narrativas explicativas gerais desaparecem, exceto aquelas que se referem à sustentabilidade e ao futuro do planeta (Latour, 2017). Com B. Latour, a compreensão do conhecimento científico torna-se mais ecológica e social, e reforça a importância de explicar o meio ambiente.

Por sua vez, D. Haraway, que é frequentemente descrita como uma autora feminista e é muito mais que isso, concentra-se em reforçar a importância do espaço. Um espaço que, para ela, é central e polissêmico, desde o microscópico que a medicina nos mostra até o exterior da astronomia e da corrida espacial, passando por uma dialética sociedade-natureza na Terra que ela propõe questionar em seus princípios clássicos (Haraway, 2019). Haraway tornou-se muito popular com seu “manifesto ciborgue” o qual, considerando o progresso da computação e da tecnologia, ela já questionava a manutenção da diferença radical entre seres humanos e máquinas (Haraway, 1991). Para a autora, muitas das percepções e obras que a humanidade produz são resultados dessa conjunção, em que não é possível distinguir quando um elemento começa e o outro termina. Além disso, seu trabalho questiona a nítida diferença entre o humano, o social e o natural. Nessa crítica às formulações clássicas, Haraway usa o exemplo da Amazônia, no qual o conceito de preservação ambiental não distingue entre flora, fauna e povos indígenas, todos eles receptores passivos de mensagens e campanhas que vêm de fora e que não são consultados. Por fim, para a pensadora, o espaço deve ser considerado um elemento fundamental em sua obra, diferenciando-se entre: o espaço real da Terra; espaço sideral ou extraterrestre; o espaço interior ou o corpo, e o espaço virtual ou mundo sem fronteiras (Haraway, 2019).

A guinada espacial do conhecimento e seus resultados práticos

O processo de revalorização do aspecto geográfico no conhecimento responde, antes de tudo, a uma necessidade prática de compreensão da realidade atual, que nossa

disciplina holística oferece. Dessa forma, a compreensão do atual mundo globalizado, com sua integração econômico-financeira e suas afinidades culturais, tem sido abordada a partir da perspectiva da geografia regional, que enriquece expressões como a de cidade global, desenvolve estudos aprofundados sobre os processos de difusão da inovação e tem reforçado seus temas de análise e pesquisa sobre grupos humanos, línguas e falas, ou religião, entre muitos outros (Mitchell, 2000; Brunn, 2015). O mapa político dos Estados-nação, que tantas vezes evocamos e representamos, torna-se um instrumento de primeira linha para entender a lógica do sistema financeiro internacional e as tensões geopolíticas. No outro extremo, o lugar voltou a ocupar uma posição central na análise geográfica (Creswell, 2004; Tuán, 2004). O entorno imediato é valorizado, assim como as comunidades nas quais vivemos e vivenciamos a vida, e as espacialidades que desenvolvemos em nosso bairro, vila ou local de trabalho. Em níveis intermediários, os conceitos de nação e nacionalismo, região e organização territorial permanecem muito presentes, permitindo a produção de inúmeras investigações, relatórios e tratados onde nossa disciplina desempenha um papel central (Taylor, 1994).

Um campo em que a Geografia fez progressos notáveis nas últimas décadas é o uso da tecnologia. Em nível geral, desde o final do século XX, a ciência tem sido chamada a aproveitar os avanços técnicos, especialmente no campo da ciência da computação, para avançar em suas análises e melhorar a transferência de seus resultados para a sociedade. Neste contexto, nossa disciplina se abriu para uma infinidade de novas linhas de trabalho e resultados, com o uso de SIG e todo processamento de dados espaciais assistido por computador (Buzai, 2014). Embora o SIG não tenha surgido de pesquisas geográficas rigorosas, suas capacidades de mapeamento temático e sequenciamento de dados espaciais abriram múltiplas possibilidades. Uma ciência social que sempre aproveitou bem as possibilidades da cartografia temática e que, quando multiplicadas, conferem uma nova dimensão à análise espacial. Além disso, o uso de SIG e TIC conectou nossa área às habilidades tecnológicas, que são muito procuradas no mercado de trabalho. Por fim, é importante destacar que o SIG e o sensoriamento remoto também influenciam a maneira como fazemos geografia, pois nos permitem observar e pensar o território de novas maneiras que antes eram quase impensáveis.

Em um nível completamente diferente, o raciocínio geopolítico se tornou enormemente popular em uma sociedade atormentada por eventos que exigem explicação por meio de mapas e abordagens territoriais. A Geografia Política nos permite entender tudo, desde as principais dinâmicas planetárias até os processos eleitorais em nível local, incluindo os processos de planejamento territorial em nível nacional e local (Herodote, 1976-2023). Ao mesmo tempo, a geografia se torna uma ferramenta fundamental para estudar e observar conflitos e guerras, em que tudo aparece sequenciado por imagens detalhadas obtidas do espaço. Assim, em conflitos recentes e sangrentos como os da Ucrânia ou de Gaza, todos os movimentos de tropas e da população são monitorados em tempo real; instrumentos de guerra como artilharia ou forças navais maiores perdem sua eficácia por serem facilmente georreferenciados para eliminação, enquanto pequenos instrumentos como drones adquirem uma proeminência impensável. As notícias que ouvimos e acompanhamos em casa através dos noticiários têm implicações geopolíticas. Portanto, este ramo da Geografia e, em parte, da Ciência Política, tornam-se centrais para a compreensão da dinâmica diária do mundo atual.

Outro desenvolvimento muito significativo no desenvolvimento recente da nossa disciplina foi a popularização do termo Antropoceno. Essa designação, difundida pelo Prêmio Nobel de Química P. Crutzen, implica reconhecer que na Era Geológica em que nos encontramos, após o Holoceno, os seres humanos e a sociedade são os principais agentes modeladores do relevo (Zalasiewicz; Williams; Steffen; Crutzen, 2017; Gönençgil; Meadows, 2024), em comparação com períodos anteriores da história da Terra, onde os processos naturais foram os fatores determinantes na criação da orografia, montanhas, vales e planícies. O uso generalizado do termo Antropoceno, que ocorreu apesar de algumas sociedades científicas internacionais ainda resistirem a aceitá-lo, é uma excelente notícia para a Geografia.

Nota-se que é a ação humana que condiciona em grande parte o estado da natureza em todas as suas dimensões, o que tem desencadeado as mudanças climáticas e as mudanças globais (Estok; Chou, 2017). Isto significou, depois de várias décadas com o risco latente de uma cisão entre Geografia Física e Geografia Humana, uma reunião dos conteúdos da nossa disciplina. Como argumentaram os geógrafos clássicos, a sociedade e a natureza se inter-relacionam para explicar a organização do território, o uso da terra e a paisagem. Anteriormente, acreditava-se que o ambiente natural

condicionava o processo de humanização e transformação espacial; com o Antropoceno, são as pessoas que alteram a estrutura física. Neste sentido, a evolução da Geomorfologia para a Geologia ou Edafologia, da Climatologia para a Física, entre outras, remonta a uma progressiva integração destes ramos do conhecimento na Geografia, entendida como um todo nas Ciências Sociais, e da Ecologia, de conteúdos enquadrados nas Ciências Naturais.

Por fim, essa mudança espacial no conhecimento envolve o uso de dois outros termos que se tornaram extremamente populares: sustentabilidade e resiliência. Sustentabilidade significa que o uso humano da terra não pode, em hipótese alguma, gerar impactos ambientais irreversíveis. O modelo de desenvolvimento, portanto, deve seguir parâmetros que respeitem os equilíbrios naturais existentes. Nesse sentido, considera-se que o processo de crescimento produtivo do último século foi, em geral, destrutivo para o meio ambiente e, embora tenha contribuído para melhorar significativamente as condições materiais de vida da população, precisa se adaptar a sistemas inovadores que envolvam eficiência ambiental, limitação do consumo de recursos territoriais vitais e uso majoritário de energias renováveis. Esta abordagem define o desenvolvimento sustentável, o que reforça o papel explicativo da Geografia ao colocar novamente a dialética natureza/sociedade e o uso racional do território no centro do debate sobre a economia do futuro (Méndez, 2007; Farinós; Romero, 2007). Quanto à resiliência, a palavra se refere à capacidade de resistir ao choque, a uma experiência traumática. Embora o termo tenha se originado na psicologia, seu uso se tornou generalizado para se referir à necessidade de certos lugares, ambientes urbanos ou países se recuperarem de um desastre natural adaptando sua infraestrutura, desenvolvendo novos sistemas de solidariedade cidadã ou prevenindo o risco de novas catástrofes, entre outras medidas. Em nossa opinião, a resiliência apresenta mais uma vez inúmeras implicações para a disciplina, desde seu interesse em estudos de risco até aqueles focados em dinâmicas sociais ou participação pública em nível local (Pelling, 2003). Em suma, os tempos recentes têm colocado a interação entre o arcabouço físico, terrestre e a organização socioeconômica no centro dos debates científicos, e a geografia desempenha neles um papel cada vez mais central.

O PRESENTE DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: uma disciplina holística

Geografia é uma disciplina científica holística, pois nada relacionado ao espaço e ao território lhe é estranho. Por essa razão, também podemos assumir que praticamente nenhum grande problema atual escapa ao raciocínio geográfico, desde mudanças climáticas ou perda de biodiversidade até conflitos religiosos, migração ou as demandas de povos apátridas. Em um mundo onde o grau de inter-relação dos debates é alto, uma disciplina que se diz abrangente como a Geografia é bastante útil. Além disso, como foi enfatizado, os aspectos espaciais e territoriais fortaleceram sua capacidade explicativa em inúmeras áreas, enquanto as TIC progrediram espetacularmente. Em nossa visão, podemos estar superando uma era em que o conhecimento científico era sinônimo de crescente especialização em problemas específicos e, nessa nova fase, disciplinas baseadas na compreensão de fenômenos complexos e inter-relacionados podem ganhar importância. Nesse sentido, tudo o que é interdisciplinar e holístico é, sem dúvida, relevante hoje; sua relevância continuou a crescer nas Ciências Sociais e Humanas, e de forma mais tímida, mas constante, nas Ciências Naturais.

Outro atributo básico da nossa disciplina é a sua ligação direta com a razão cartográfica, à qual se referiu o geógrafo italiano F. Farinelli (Farinelli, 2003, 2009). Este autor argumenta que a Geografia e a Filosofia nasceram ao mesmo tempo, buscando, sobretudo, estruturar o conhecimento e a interpretação da realidade na antiguidade clássica grega, origem do pensamento ocidental. Quando Farinelli nos coloca no centro do pensamento clássico, o faz à medida que transferir uma simples observação do ambiente para uma representação bidimensional, conceitual e cada vez mais precisa implica uma vontade evidente de codificar um conhecimento fundamental. Desde sua origem, os mapas são resultados de exercícios conceituais que buscam representar a realidade, da mesma forma que o pensamento abstrato, matemático ou cultural de filósofos como Tales, Anaximandro, Pitágoras, Platão ou Aristóteles, por meio de textos e palavras, envolveu o registro de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, no outro extremo do Velho Mundo, o interesse em representar domínios, territórios de governo, estimulou a antiga civilização chinesa a elaborar seus mapas e plantações, paralelamente ao Ocidente (Ortega Valcárcel, 2000).

A razão cartográfica acompanhou o progresso da humanidade nos últimos dois mil anos. No final da Idade Média, cartógrafos maiorquinos e genoveses produziram

cartas portulanas abrangentes para localizar com precisão as cidades costeiras, o que permitiu a intensificação do comércio no Mediterrâneo e no Atlântico a partir do século XIV. Da mesma forma, a conquista e a colonização da América não teriam ocorrido de maneira tão sistemática se não fosse pela proliferação de mapas e plantas de tipos e conteúdos muito diferentes. Desde o século XVIII, os avanços na cartografia permitiram obter uma imagem confiável de todos os continentes e, juntamente com o avanço da imprensa, democratizaram o acesso aos mapas. Isso tornou mais fácil para segmentos crescentes da população acessar representações cartográficas gerenciáveis e começar a usar mapas, em vez de memorizar referências espaciais que eram exigidas pelos movimentos de eras anteriores. Todo o período contemporâneo é de generalização e aprimoramento das imagens cartográficas e a Geografia tem reforçado sua utilidade e destaque também graças a esse processo (Santos, 2002; IGN, 2018).

Em outro nível, a Geografia vincula seu caráter de Ciência Social com uma trajetória de Ciência da Terra. Esse duplo aspecto explica por que é uma disciplina que responde às demandas da comunidade. Essas demandas podem advir dos riscos e incertezas gerados pelas mudanças globais na forma de mudanças climáticas, desertificação ou perda de biodiversidade. Nesses casos, a Geografia, juntamente com outras disciplinas correlatas, serve para fazer diagnósticos bem documentados da situação, mapear os problemas e, principalmente, incorporar a relação entre o natural e o social nas soluções propostas para as dificuldades. Em outros casos completamente diferentes, como os estudos sobre vulnerabilidade urbana e pobreza, sua superação envolve intervenções decisivas no nível socioeconômico, análises e propostas em diferentes escalas inter-relacionadas e, ao mesmo tempo, intervenções materiais com conteúdo urbanístico nos bairros ou distritos mais afetados para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Essas intervenções muitas vezes incorporam a melhoria dos espaços públicos, a criação de locais de encontro e a renaturalização, onde o planejamento físico do território se torna evidente.

Nesse sentido, a Geografia tem cultivado seu aspecto organizador e aplicado, o que lhe confere outro valor como disciplina complexa e útil (Philliponeau, 1999; Vinuesa; Galiana, 2010). A disciplina construiu uma profissão, a de geógrafo, que em alguns países já é regulamentada por uma associação oficial. Graduados em Geografia têm habilidades para participar e desenvolver o planejamento urbano em nível local ou

sublocal. É claro que demonstram uma inegável aptidão profissional para participar do planejamento do uso do território, isto é, aqueles desenvolvidos em nível supralocal ou sub-regional. Graduados em Geografia têm formação em geomorfologia, clima e paisagem, e em diagnóstico de áreas urbanas e rurais. Eles praticaram o uso de SIG e outras técnicas cartográficas avançadas e têm conhecimento prático de direito administrativo com formação em planejamento territorial e urbano. Portanto, possuem as qualificações necessárias para intervir no planejamento e elaborar planos, diferentemente de posições arcaicas que buscavam reservar essas competências para estudos com componentes exclusivamente técnicas, como arquitetura ou engenharia. Apesar da natureza holística da Geografia e das múltiplas dimensões que a educação geográfica oferece, é aconselhável que, juntamente com uma firme defesa do caráter aplicado e profissional da disciplina, seja também proposta a necessária participação em equipes interdisciplinares para desenvolver planos de ordenamento do território de alta qualidade.

A GEOGRAFIA E AS GRANDES QUESTÕES DA ATUALIDADE (I): a perspectiva ambiental

Uma prova dos tempos em que vivemos é que o modelo tradicional de desenvolvimento econômico baseado na indústria e no consumo massivo de combustíveis fósseis não pode ser sustentado no futuro. Uma longa era histórica, associada aos tempos contemporâneos, está chegando ao fim. Este período viu o crescimento contínuo da riqueza nacional, da capacidade produtiva das regiões e a intensificação dos esforços econômicos como norma, independentemente do impacto no território, no meio ambiente ou na qualidade de vida da população. Hoje, há uma necessidade urgente de aliar desenvolvimento com sustentabilidade, porque qualquer ganho ou progresso deve ser obtido sem custos ecológicos irreversíveis ou destruição de partes do território. Nesse contexto, disciplinas clássicas como a Geografia podem contribuir muito em diversas áreas, desde análises e diagnósticos, recomendações para gestores públicos até o avanço do conhecimento, tendo como base a consideração do espaço como resultado da relação entre natureza e dinâmica social. Essa contribuição será mais eficaz quanto mais territorial for nossa ciência e não for influenciada por agendas econômicas, políticas ou conservacionistas predeterminadas.

Embora seja necessária alguma cautela em relação a algumas posições radicais, há um amplo consenso de que a maioria dos países deve desacelerar seu crescimento e ajustar seus modelos de desenvolvimento para atividades que sejam menos prejudiciais aos seus territórios. De qualquer forma, essa menor taxa de crescimento não deve ser confundida com as teorias do decrescimento (D'Alisa; Demaria; Kallis, 2015), um termo que floresceu na Europa em contextos muito específicos e não pode ser extrapolado para outras partes do mundo. Na nossa opinião, a chave é continuar num caminho de desenvolvimento que introduza a gestão de variáveis adequadas ao ambiente. Entre elas, a redução do consumo de gases de efeito estufa e combustíveis fósseis é uma medida para conter as mudanças climáticas e a degradação atmosférica. Também é essencial limitar práticas agrícolas e florestais intensivas, que geralmente envolvem o uso de espécies invasoras ou geneticamente modificadas, resultando na perda de biodiversidade. A água e sua qualidade devem ser protegidas como um recurso essencial, vital para nossa qualidade de vida. Todos estes objetivos, que passam pela introdução da variável ecoterritorial nos novos setores a promover, exigem estudos, diagnósticos e planos nos quais a Geografia deve desempenhar um papel cada vez mais importante.

Desde o início da Revolução Industrial, temos imagens de fábricas e chaminés emitindo substâncias na atmosfera. Nosso modelo de desenvolvimento contemporâneo tem sido baseado na geração de poluição, mais especificamente poluição do ar. A situação que surgiu começou a causar alarme na década de 1960, quando surgiram os primeiros relatos sobre o abuso de carros particulares na cidade e a ultrapassagem dos limites aceitáveis de poluição ambiental (Buchanan, 1963). Esses avisos iniciais foram ecoados primeiro pelo chamado Clube de Roma e depois por todas as conferências internacionais sobre mudanças climáticas que se seguiram (Clube de Roma, 1972; Conferência do Rio de Janeiro, 1992). A poluição emite quantidades inaceitáveis de CO₂ na atmosfera e gera o efeito estufa, dois dos fatores que mais diretamente influenciam as mudanças climáticas que estão ocorrendo. A temperatura média do planeta aumentou e a precipitação está distribuída de forma muito mais desigual em todos os locais. Há um consenso científico de que controlar a poluição, reduzir o consumo de combustíveis fósseis e fazer a transição para tecnologias menos agressivas fornecerão soluções progressivas para esse enorme problema. Neste contexto, a Geografia reaparece como uma disciplina muito útil por vários motivos: o primeiro é

sua capacidade, juntamente com a meteorologia dos físicos, de estudar e caracterizar a magnitude das mudanças climáticas. Além disso, no planejamento territorial e urbano, a perspectiva sistêmica e integrada de nossas análises permite critérios aprimorados para a gestão urbana, metropolitana e regional. Em suma, a Geografia se consolida como uma das principais áreas de conhecimento válidas para promover a restauração de uma atmosfera constantemente afetada por altos níveis de poluição.

Uma segunda frente ambiental onde o aspecto aplicado da nossa disciplina ganha destaque é na luta contra a alarmante perda de biodiversidade na Terra. Isso se refletiu nos muitos movimentos científicos em defesa da Amazônia e no desenvolvimento da biogeografia como um ramo do conhecimento de crescente importância. A Geografia participa por meio da análise sistêmica (Bertrand; Bertrand, 2002) e do uso do conceito de Antropoceno no cálculo do empobrecimento da diversidade da flora e da fauna em diferentes partes do mundo (Gönençgil; Meadows, 2024). Nossos profissionais, juntamente com ecologistas e biólogos, têm desempenhado um papel importante nos pareceres emitidos por organismos internacionais para a proteção da natureza e, mais recentemente, para a preservação dos oceanos. Em um nível mais concreto, o trabalho disciplinar geralmente diferencia quatro cenários principais. O primeiro são as nações desenvolvidas, onde o processo histórico de humanização foi muito intenso e onde se busca organizar áreas protegidas, reservas ambientais e, na medida do possível, salvar espécies ameaçadas de extinção, aumentar seu número de indivíduos e torná-las viáveis para o futuro. Em segundo lugar, as regiões polares e muito frias, onde o aquecimento global prejudica a biodiversidade; A geografia busca estimar esses danos e aplicar medidas paliativas para uma gestão ambiental abrangente. Em terceiro lugar, regiões secas ameaçadas pela desertificação, onde o uso e a distribuição mais racionais da água podem ajudar a evitar o desaparecimento de ecossistemas de alto valor. Por fim, as maiores florestas tropicais do mundo, como a Amazônia, onde todos os esforços devem se concentrar na preservação dessas vastas extensões de enorme flora, essenciais para seu papel como sumidouros de carbono.

Essas intervenções da Geografia, tanto no campo teórico de conceituação de problemas quanto no campo prático de intervenção ativa na gestão territorial, baseiam-se, como já explicamos, na validade que o termo Antropoceno tem para o nosso campo

de conhecimento. A Terra e suas diferentes escalas funcionam como um sistema integrado entre o natural e o social, que nossa disciplina desvenda ao aplicar sua perspectiva holística. Seja envolvendo emissões de partículas no ar, mudanças nos cursos dos rios, alterações no ciclo da água, perda de biodiversidade ou impactos no clima, a análise geográfica (embora não exclusivamente) fornece um método científico que torna possível entender todos esses processos. O interessante da ciência que cultivamos é sua integração à teoria social, mas sem esquecer que é uma forma de conhecimento intimamente ligada à nossa experiência analítica com a Terra e o território.

A GEOGRAFIA E AS GRANDES QUESTÕES DA ATUALIDADE (II): a manutenção das desigualdades e o desafio da mobilidade humana

Outro dos grandes paradoxos e problemas que acompanham o atual modelo de desenvolvimento econômico é a persistência de desigualdades de diversas naturezas em todas as sociedades. Pode-se argumentar que o capitalismo sempre produziu desigualdades, tanto em termos de renda quanto de desigualdades sociais e espaciais, mas essa afirmação geral pode ser qualificada por análises em escalas mais detalhadas. Por um lado, o coeficiente de Gini mostrou-nos sociedades mais ou menos desiguais, o que explica que alguns países muito ricos do Norte da Europa estejam associados a menores níveis de assimetria entre os indivíduos, enquanto em algumas sociedades da América Latina ou de África (como Brasil ou África do Sul), as desigualdades são estruturais e constituem uma séria ameaça à coesão nacional, dificultando muitas vezes dinâmicas estáveis de crescimento da riqueza. Além disso, a taxa de pobreza e se ela é moderada ou grave são muito importantes nesta questão. Um alto nível de desigualdade, como o dos Estados Unidos ou da China, com níveis de pobreza controlados, é menos preocupante que a pobreza generalizada em muitos países africanos, nos quais as disparidades de renda são certamente menores. No estudo de todas essas variantes, sua análise em diferentes escalas e sua translação para o território, a Geografia se apresenta mais uma vez como um instrumento útil, que tem refinado seus métodos de pesquisa nos últimos tempos (Stutz; De Souza, 1997; Haersbaert, 2019).

No estudo das desigualdades, as Ciências Sociais têm se esforçado para caracterizá-las e defini-las, particularmente a Economia, a Sociologia e a Geografia. A

análise econômica produziu centenas de trabalhos sobre o assunto, unanimemente considerados centrais para a disciplina. Assim, nos últimos tempos, economistas de grande renome têm aprofundado seus conhecimentos, tanto do ponto de vista histórico quanto estrutural, propondo sempre medidas concretas para corrigir contrastes exagerados de renda e níveis inaceitáveis de pobreza (Sen 1981; Stiglitz, 2002; Piketty, 2013). Para a sociologia, as desigualdades estão associadas ao conceito de classe, às vezes mediadas pelas origens das pessoas e seu status como empregados locais ou imigrantes. Redes e estruturas sociais são caracterizadas por todos os tipos de desigualdades. Seu estudo é central para a Sociologia, independentemente de sua abordagem ser apresentada como crítica ou funcional (Guiddens, 1995; Castells e Himanen, 2014). Em terceiro lugar, a Geografia adotou o antigo conceito de “desenvolvimento desigual e combinado” a nível territorial (Novak, 1974). Esse conceito se combina com teorias mais clássicas, como o subdesenvolvimento e a dependência, para estabelecer uma geografia mundial regional focada nas desigualdades, fruto de antigos processos de colonização e, claro, do imperialismo. Um notável geógrafo como D. Harvey investigou essas questões, cunhando a expressão “acumulação por desapropriação”, que se tornou muito popular (Lacoste, 1966; Harvey, 2003).

Por um lado, para a Geografia, as desigualdades se expressam em diferentes escalas. Assim, destacam-se estudos sobre desigualdades e processos de segregação espacial nas cidades e grandes áreas metropolitanas (Pacione, 2001). As desigualdades regionais tornaram-se uma característica clássica da análise territorial, inspirando inclusive importantes políticas públicas, como as formuladas pela União Europeia ou cláusulas constitucionais como as do Brasil que obrigam atenção preferencial aos territórios do Nordeste e do Norte (Elías de Castro, 1992; Grasland, 2004). Em escala global, as desigualdades prenunciam um contraste entre o Norte e o Sul globais. A análise de suas trocas econômicas e humanas permite à nossa disciplina caracterizar os graus de dependência de numerosos países ou estratégias bem-sucedidas (como as das chamadas nações emergentes), para romper o ciclo da pobreza e afirmar uma presença razoável no mercado global (Stutz; De Souza, 1997). O desenvolvimento territorial desigual se cruza com diferenças de classe e, cada vez mais visíveis e estudadas, com diferenças étnicas, de gênero e de idade. Tudo isso permite uma ampla gama de pesquisas que, partindo de uma geografia humana e econômica mais ampla, levam a

análises de geografia social, cultural, urbana e populacional, levando em conta todas as possibilidades que nos são oferecidas em termos de conhecimento holístico.

As desigualdades globais e a visibilidade da riqueza de alguns lugares ou pessoas por meio de todas as mídias têm incentivado um aumento contínuo na mobilidade humana. Mais uma vez, seu estudo nos oferece inúmeras variantes como ciência voltada para a análise espacial e territorial. Em primeiro lugar, pode-se dizer que as práticas de turismo em constante crescimento são uma das formas mais populares e suaves de mobilidade atualmente. O seu estudo justificou a consolidação de todo um ramo autónomo da Geografia (Vera; López-Palomeque; Marchena; Antón, 2011; Blanco *et al.*, 2021). Em segundo lugar, a outra grande expressão da mobilidade atual é a migração, que sempre foi objeto de estudo em Geografia (Domínguez-Mujica, 2016; Moyo; Ndlovu-Gatsheni, 2023). As migrações ocorreram ao longo da história, e pode-se até dizer que ocorreram com mais intensidade em certos momentos do século XX do que atualmente. No entanto, os movimentos migratórios estão atualmente ligados a problemas, à ascensão de discursos extremistas e populistas e a eventos altamente dramáticos quando envolvem o deslocamento de jovens de países muito pobres do Sul Global para o Norte Global. Imagens de mortes, crianças desacompanhadas e campos de concentração nas fronteiras mostram a face trágica de um fenômeno que até décadas recentes era considerado bastante normal em muitas sociedades. Todos esses aspectos interessam à Geografia Internacional, que tem intensificado suas pesquisas sobre o tema.

Sem dúvida, assim como alguns autores já haviam se referido ao “fim da geografia” devido ao triunfo da globalização e ao suposto avanço da desterritorialização, assistimos novamente à construção de muros, barreiras sofisticadas e ao endurecimento dos controles alfandegários em inúmeras fronteiras. Do ponto de vista jurídico, faz-se referência à existência de migrantes legais e ilegais; para a Geografia, o importante é analisar como essa diferente consideração do ser humano é acompanhada por processos de exclusão espacial, segregação e acesso ao mercado de trabalho em condições restritivas (Sassen, 2014). A Geografia regional do mundo mais uma vez nos mostra um planeta dividido entre um Norte rico e um Sul global que luta para canalizar seu desenvolvimento, deixando de lado os países emergentes que estão conseguindo se estabelecer como novos líderes globais. Neste mundo regionalizado e

desigual, todos os efeitos dos padrões de vida diferenciados para os indivíduos têm sido objeto de uma análise espacial que se tem reforçado nos últimos tempos.

A institucionalização da Geografia

Até agora, a ênfase tem sido em como a Geografia vem se tornando cada vez mais relevante no contexto do conhecimento científico global. A partir de agora, será interessante analisar como as estruturas que organizam a presença da Geografia internacional se articulam dentro do campo do conhecimento. Se formularmos uma pergunta muito geral: "Onde estamos como disciplina acadêmica?", torna-se possível partir de nossa consideração nos Estados Unidos e, em geral, no mundo anglo-saxão, enormemente influente no desenvolvimento científico atual. Uma ciência que, recordemos, costuma ser expressa predominantemente em inglês. Nesses países, a Geografia é um campo de conhecimento claro e crescente, ao lado da Sociologia, Economia e História dentro das Ciências Sociais e Humanas, mas com conexões evidentes com a Ecologia, a Geologia e a Física de Baixas Energias dentro das Ciências da Terra. Trata-se de uma forma de conhecimento aberta à interdisciplinaridade, combinando uma sólida base teórica com uma vocação prática para a gestão do território.

Para verificar tudo o que acabamos de dizer, basta examinar a presença da Geografia nas universidades ao redor do mundo. Essa presença varia muito, tanto em termos da implementação do programa de graduação quanto de sua localização em faculdades ou centros de pesquisa muito diversos. Há países onde os estudos universitários de Geografia são relevantes, como em toda a Europa Oriental, Ilhas Britânicas, França, Países Árabes, Índia e Brasil, entre outros. Em contraste, em outros, a Geografia é oferecida em Ciências Humanas ou Economia, como na Itália, está vinculada às Ciências Ambientais, como em certas partes da China, ou tem um número pequeno, mas prestigioso, de departamentos, como no Japão. Em relação à alocação às faculdades, a situação em países europeus ou latino-americanos contrasta, com a Geografia sendo associada à História, enquanto na Alemanha e no Brasil, a disciplina está localizada em faculdades de Ciências ou Geociências. Em muitos casos, a Geografia faz parte de centros de Economia, como na Índia, ou parcialmente na Itália, e de Ciências Sociais. Em alguns casos, onde a popularidade da geografia é notável, a

Geografia tem faculdades próprias, como em Lisboa, ou agrupa estudos em Turismo, Geologia e Ordenamento do Território, como na Polónia.

No entanto, e à parte os exemplos muito positivos da Europa Oriental, do Brasil e do mundo árabe, os estudos geográficos geralmente não exercem um apelo especial para os estudantes que ingressam na universidade. Talvez sua imagem seja menos nítida do que a de História, Biologia ou Direito, sempre associados a uma carreira profissional prática. De qualquer forma, à medida que se avança para níveis de formação mais qualificados, em mestrados ou doutorados, aumenta o número de alunos matriculados em cursos com a participação de geógrafos ou diretamente patrocinados por departamentos de Geografia. Na ausência de análises estatísticas mais precisas, esse fato é generalizado em muitas nações e reflete a natureza complexa da nossa disciplina. A Geografia atrai pessoas interessadas em viagens, na situação geopolítica global ou em encontros com a natureza e trilhas, mas isso pode não se traduzir em matrícula no programa. No entanto, quando arquitetos, sociólogos ou engenheiros agrônomos, entre outros, buscam aprofundar seus estudos para concluir uma tese ou mestrado, frequentemente encontram uma resposta para suas necessidades de especialização em uma ciência social e da terra holística e complexa, mais adequada para graduados do que para adolescentes que ingressam nas salas de aula da universidade.

Nesse sentido, e já o afirmamos publicamente em algumas ocasiões, a Geografia é, por princípio, uma ciência interdisciplinar e promíscua. Embora muitas instituições e departamentos universitários ofereçam programas de mestrado e doutorado específicos para a disciplina, com foco em planejamento e gestão territorial, também é comum encontrar geógrafos lecionando cursos de turismo, meio ambiente, TIC, ecologia marinha ou formação de professores, entre uma longa lista. Muitos mestres e doutores possuem um diploma de bacharelado ou tecnológico diferente e, em seguida, concluem uma especialidade geográfica. Essa evidência nos permite ampliar o horizonte do mundo geográfico, abrangendo não apenas graduados autênticos na disciplina, mas também perfis mais diversos. Nesse sentido, a Geografia combina bem com outros programas de formação, como foi o caso de P. Vidal de la Blache ou F. Ratzel, que vieram de História e Biologia, respectivamente, W. Christaller, que trabalhou com agrônomos na década de 1940, ou D. Harvey por muitos anos como professor em departamentos de antropologia. Além disso, a Geografia acadêmica frequentemente está

localizada em institutos ou centros de pesquisa de denominações muito diversas: Economia, Geografia e Demografia no CSIC em Madri; Estudos de Desenvolvimento ou Desenvolvimento Local em Santiago de Compostela ou Valência; e Tecnologia Ambiental, Estudos Demográficos ou Governança, como estão divididos os colegas do grande Departamento de Geografia da Universidade Autônoma de Barcelona.

Do ponto de vista institucional, nossa disciplina participou e continua participando da formação dos Institutos National Geographic em todo o mundo. Pode-se dizer que, juntamente com engenheiros cartógrafos e, em alguns casos, militares, eles compõem essas organizações, tão importantes para o exercício da soberania territorial. Em alguns exemplos, como o Brasil, a Geografia anda de mãos dadas com a elaboração de estatísticas oficiais e a realização de amplos estudos sociais da população, como no exemplo do IBGE. Em uma terceira variante, a Geografia integra os departamentos de planejamento territorial de importantes nações como França e Alemanha, primeiramente com o lendário DATAR.^o

Por fim, essa natureza holística, que oferece conhecimento para iniciados e multidisciplinares profissionalmente, traduziu-se em dificuldades em sua classificação institucional, o que levou a alguns problemas de reconhecimento público. Deve-se notar que, em pouquíssimos países, a Geografia é considerada uma disciplina independente por agências de pesquisa ou órgãos de avaliação universitária. Por essa razão, pode ser agrupada dentro das Ciências Sociais, Humanas ou Ciências da Terra, o que, em certa medida, dilui sua especificidade científica. Essa evidência parece ser resultado do fato de ser uma disciplina relativamente pequena, sempre menor que Biologia, Economia ou História. Portanto, dados nossos problemas relativos de visibilidade externa, é sempre aconselhável manter uma identidade distinta como Ciências Sociais e Ciências da Terra, como um ponto de encontro entre o conhecimento experimental e a teoria crítica, uma disciplina de síntese, como alguns estudiosos clássicos gostavam de chamá-la (Gómez Mendoza, Muñoz e Ortega, 1985).

A UGI e a institucionalização internacional da Geografia

O movimento internacional da Geografia teve início na segunda metade do século XIX, com a celebração do Primeiro Congresso Geográfico Internacional (doravante CIG) na cidade belga de Antuérpia (Shimazu, 2015). Quanto aos motivos

que motivaram a realização deste evento, não se pode estar muito satisfeito, pois se tratou de um congresso financiado por Leopoldo II, Rei dos Belgas, que embarcou numa corrida frenética para se tornar dono de uma parte da África, assim como a convocação do Congresso das Nações Europeias em Berlim, em 1885, lhe permitiria, mais tarde, tornar-se dono de boa parte do Congo. Portanto, nesse primeiro momento, a Geografia como ciência da análise espacial e territorial também se apresentou como uma ferramenta necessária para os líderes imperialistas do período, os militares e diplomatas que participaram de múltiplas lutas geopolíticas e, claro, para um mundo acadêmico que se institucionalizava por meio da criação de cátedras nas mais prestigiadas universidades (Capel, 1981). As CIGs foram realizadas regularmente ao longo dos séculos XIX e XX até que o Congresso de Bruxelas de 1921 decidiu criar a União Geográfica Internacional (IGU). A UGI foi fundada em 1922, impulsionada por membros das elites atraídos pelo conhecimento do território (seu primeiro presidente foi R. Bonaparte), pelas nações que saíram vitoriosas da Primeira Guerra Mundial (oito países se comprometeram a promover a organização) e por um número cada vez maior de estudantes universitários. Desde então, a UGI manteve sua continuidade, embora tenham ocorrido mudanças significativas em seus objetivos e modelo de governança (Kolosov; García-Álvarez; Hefferman; Schelhass, 2022; Schelhass, 2022).

É geralmente aceito que a composição da UGI mudou em 1945, quando ela surgiu como uma instituição internacional composta por professores universitários e pesquisadores, embora alguns institutos geográficos nacionais continuem a participar e muitos governos continuem a pagar a taxa de associação anual. Sua base não mudou: é a organização da Geografia em nível internacional, estabelecendo sua representação a partir de Comitês Nacionais existentes em países reconhecidos pela comunidade mundial. Os delegados nacionais se reúnem periodicamente em uma Assembleia Geral, que toma ou ratifica decisões importantes. Cada país, se estiver em dia com suas anuidades, pode votar para eleger o Comitê Executivo da organização, que consiste em um presidente, oito vice-presidentes e um secretário geral. As cotas por país permitem o funcionamento regular da IGU, sua independência e neutralidade científica. A UGI continua organizando um Congresso Geográfico Internacional (IGC) a cada quatro anos. Nos anos seguintes, de dois em dois anos, promove a realização de Conferências Regionais e, quando solicitado por um grupo relevante de investigadores, promove Conferências Temáticas. Os diferentes temas ou ramos da Geografia são abordados

academicamente por Comissões constituídas no seu seio (Geomorfologia, Geografia Urbana, Mobilidade Humana, Carso etc.), que têm vida autônoma e podem organizar congressos anuais em qualquer parte do mundo.

A maioria dos grupos nacionais integrados na UGI são sociedades científicas que constituem Comitês nacionais. Em alguns casos, eles estão associados aos Institutos National Geographic ou são sistemas mistos, onde diversas sociedades acadêmicas e os IGNs compõem o Comitê. A UGI foi fundada por um pequeno número de países, quase todos europeus. Atualmente, a União conta com um registro de até 110 nações, das quais 70 participam regularmente da vida da organização. São considerados membros plenos aqueles países cujos comitês realizam determinadas atividades anuais, pagam taxas e participam das decisões da Assembleia Geral. Quando o trabalho é realizado apenas ocasionalmente, as contribuições para a IGU são irregulares e nem todos os eventos são atendidos, o Comitê do país é considerado membro associado, aguardando seu retorno à condição de membro pleno. O Comitê Executivo está ciente de que essa maneira simples de operar deve evoluir para estruturas mais sólidas e estáveis, com melhor comunicação com os comitês nacionais.

Uma característica que foi corretamente associada às primeiras décadas de existência da IGU foi seu acentuado eurocentrismo. A União surgiu e se consolidou como um clube de países do velho continente, ao lado dos Estados Unidos, do Japão e de sociedades tipicamente coloniais, como o Egito. Mais uma vez, essa situação vem mudando progressivamente ao longo da segunda metade do século XX. Os países europeus e do norte da Europa já representam menos da metade dos membros ativos da IGU e aproximadamente 30% dos comitês nacionais estabelecidos. A participação de nações emergentes e asiáticas se materializou sem problemas. Entretanto, na América Latina, poucos países mantêm participação regular na União, pagando taxas e comparecendo às assembleias gerais, e um bom número não formou Comitês Nacionais ou tem Comitês completamente inativos. Se as nações soberanas do Sul se tornarem parte das atividades regulares da IGU, ela atuará cada vez mais como uma organização internacional policêntrica e democrática. Uma organização que ainda pode fazer progressos significativos na melhoria da representatividade dos seus órgãos sociais, como o Comité Executivo, que deve aumentar a presença de membros não europeus e de mulheres.

A representação mais ampla e diversa possível dentro da UGI deve ser orientada por um objetivo central: defender a relevância e a utilidade do conhecimento geográfico perante organizações políticas e científicas internacionais. Em um mundo cada vez mais integrado, onde o conhecimento científico se beneficia da transmissão global imediata, a cooperação igualitária entre cientistas de diferentes países se torna essencial. Nesse sentido, uma IGU mais forte deve fortalecer a presença da disciplina no Conselho Internacional de Ciências (ISC), associado à UNESCO; participar com maior envolvimento na CODATA e nas Geounions, que regulam as bases de dados geoespaciais e reúnem sociedades internacionais de ciências da Terra; e ser cada vez mais ativo em fóruns internacionais, como aqueles relacionados à preservação dos oceanos e às mudanças climáticas. O IGU é o principal instrumento da Geografia como corpo fundamental de conhecimento na busca da interpretação e resolução dos problemas humanos. Seu fortalecimento com membros mais ativos e comitês nacionais deve contribuir para o avanço geral da importância global da nossa disciplina.

A UGI NA ACTUALIDADE: seus desafios e a defesa do conhecimento geográfico

Como acabamos de observar, a UGI é uma grande organização centenária que deve ser fortalecida e, ao mesmo tempo, servir como interlocutora da nossa disciplina em fóruns internacionais de grande relevância. O primeiro, como já ressaltado, é o Conselho Internacional de Ciências (ISC), que é a principal organização onde se debate o futuro e o presente do conhecimento com base em grandes temas de interesse geral. Ciência aberta no mundo online, sustentabilidade dos objetivos da pesquisa, mudanças globais, auxílio ao desenvolvimento científico, mulheres e ciência são algumas das questões centrais abordadas pelo ISC. Seus documentos e agendas para 2030 e 2050 orientam as políticas governamentais e de organizações supranacionais relacionadas à promoção da ciência. A UGI, Geografia, deve ter uma presença ativa nela. Paralelamente, o CISP, que faz parte da Unesco, concentra-se exclusivamente em Filosofia e Ciências Humanas. Também aqui a presença e a atividade da UGI permaneceram constantes.

Juntamente com a participação em organizações científicas internacionais. A UGI manteve seus vínculos contínuos com a Unesco e várias agências da ONU e iniciativas globais. A Unesco concorda em promover a ciência e a cultura em todo o

mundo, onde o conhecimento geográfico e territorial é uma questão importante. As cadeiras são compartilhadas, e representantes da Unesco frequentemente apoiam os eventos organizados pela União. As colaborações com as Nações Unidas tendem a ser variadas, mas é interessante mencionar duas como exemplos, dada sua relevância. Por um lado, a comissão de toponímia da UGI trabalha continuamente em Nova York, em colaboração com o Comitê da ONU responsável pelo assunto. Nomear lugares, respeitando a diversidade linguística e cultural, é um objetivo importante das Nações Unidas e da geografia global. Além disso, a IGU é uma das organizações chamadas a participar dos acordos e assembleias promovidos pela ONU para a preservação dos oceanos e mares do mundo. Assim, a IGU tornou-se signatária do acordo de proteção dos oceanos, que foi renovado há dois anos. A necessidade de uma organização internacional eficaz se traduz na presença institucional da nossa disciplina em importantes fóruns globais que abordam diferentes aspectos da governança planetária.

Uma das organizações mais importantes das quais a UGI participa é, como já dissemos, a Codata. Ela busca unificar e regular o uso de dados geoespaciais em todo o mundo, com tudo o que isso implica. Por um lado, envolve concordar com critérios para produzir estatísticas semelhantes entre nações; e também coordenar as datas em que os Censos Populacionais são realizados e a metodologia seguida na sua elaboração. Outras estatísticas setoriais são consideradas, em termos de apresentação e estrutura, para permitir comparações entre diferentes partes do mundo. Mais inovadores são os acordos sobre bases de dados espaciais de informação. Como as projeções cartográficas devem ser aprimoradas? Como faço para baixar e usar imagens de satélite do meu território? Como são monitorados os impactos ambientais severos no planeta? A resposta a todas essas perguntas exige a implementação de compromissos globais, e a Codata, juntamente com as organizações científicas que trabalham ao seu lado, busca organizar esse aspecto da gestão da informação que é tão importante hoje em dia. Dados espaciais e territoriais continuaram ganhando destaque nos últimos tempos. Portanto, a Geografia deve estar presente em sua regulamentação e uso razoável em todo o mundo.

Dentro da comunidade de geógrafos, a UGI garante que seus relacionamentos com organizações nacionais e regionais na área sejam excelentes. É o caso da Association of American Geographers (AAG), com a qual mantém um acordo de cooperação que envolve a presença de membros da diretoria da UGI nas conferências de

destaque de geógrafos americanos e a implementação de campanhas conjuntas para promover a análise territorial. Há membros do conselho da AAG que também atuam no Comitê Executivo da UGI. No caso europeu, essas relações tão cordiais se estendem à EUGEO, uma organização que reúne mais de 40 sociedades geográficas do continente, pertencentes a 26 países.

A EUGEO realiza congressos bianuais, dos quais a IGU participa, e coordena o Geonight, uma noite de eventos geográficos ao redor do mundo, que a União apoia. Com a EUROGEO, mais focada na educação geográfica, também se mantêm relações de irmãs. Na Ásia, a recente formação da Associação Geográfica Asiática (AGA) tornou possível replicar o método de trabalho conjunto com as organizações da América do Norte e da Europa que acabamos de explicar. Por fim, na América Latina não há nenhuma instituição que reúna acadêmicos especializados em Geografia, mas já foram realizados os Encontros de Geógrafos Latino-Americanos (EGAL), realizados a cada dois anos em um país diferente. A UGI colabora ativamente na preparação dos EGALs e divulga sua programação e resultados em todo o mundo.

Durante muito tempo, muitos colegas latino-americanos relutaram em colaborar com a UGI, que acusavam de ser anglófona, eurocêntrica e imperialista. Essas acusações, resultado de um desentendimento específico no passado, são difíceis de sustentar no presente. Por essa razão, a UGI conseguiu manter laços estreitos com profissionais do México e do Chile, além de recuperar poderosos comitês nacionais na Colômbia e no Brasil. No Caribe, a República Dominicana aderiu à União em 2020, e os comitês andinos do Equador, Peru e, com mais interrupções, Venezuela, continuam operando com bastante regularidade. A UGI tem contatos com Cuba, Porto Rico, Costa Rica, Bolívia e Panamá e busca continuar progredindo na América Latina.

A UGI e os seus objetivos futuros

Nesta seção final, gostaríamos de abordar os desafios que a Geografia Mundial, representada pela UGI, enfrentará nos próximos anos. A primeira delas é defender o papel da disciplina como conhecimento ativo na defesa da sustentabilidade. A análise espacial e territorial é cada vez mais decisiva. Neste contexto geral, os objetivos mecânicos de crescimento e desenvolvimento, como muitas vezes foram afirmados, não têm sentido. Alguns melhoraram e as desigualdades permanecem. Em vez disso, a

noção de sustentabilidade, juntamente com as de desenvolvimento humano e a coerência entre o uso da terra e o respeito ao meio ambiente reforçaram seu interesse. Neste contexto, o conhecimento geográfico pode e deve fornecer muitas análises e novas ideias para melhorar as condições de vida das pessoas, eliminando impactos ecológicos irreversíveis.

O mundo globalizado como o conhecemos está mudando em um ritmo mais rápido do que muitos analistas previram. A principal transformação observada é um declínio sustentado, embora sem afetar o padrão de vida da maioria da população dos países do Norte. Um grupo de nações, como os Estados Unidos, a UE e o Japão, estendeu seu controle político, econômico e militar para grande parte do mundo. Entretanto, hoje uma série de grandes países emergentes (liderados pela China, Índia e Brasil) estão começando a desafiar a hegemonia da América do Norte e da Europa. Talvez ainda mais importante seja que, na Ásia, os níveis de desenvolvimento e bem-estar se espalharam para centenas de milhões de pessoas, e que na América Latina e na África houve progresso na riqueza per capita e, com certos retrocessos, nos graus de liberdade. Assim, o chamado Sul Global começa a ter voz própria e, em termos de interpretação da geografia regional do mundo, revela uma realidade muito mais policêntrica e diversa do que se observava há dez ou quinze anos. Nossa disciplina deve explicar adequadamente essa transformação, e a UGI deve se apresentar com maior diversidade de membros, o que permitirá melhor compreensão das diversas nuances de suas opiniões.

Embora a AAG indubitavelmente organize os melhores eventos geográficos do mundo, participar de suas conferências anuais significa aceitar uma dependência bilateral do conhecimento gerado nos Estados Unidos. Pelo contrário, a IGU é uma organização de países soberanos, quanto mais, melhor. Isso significa um aumento na democracia e na representação em seus eventos e reuniões, em que colegas do mundo inteiro podem participar. Este fato é de enorme importância, pois, como o ISC enfatiza em suas futuras agendas científicas, a ciência deve ser democrática, culturalmente diversa e desenvolvida em diferentes partes do mundo. A UGI se comporta de forma semelhante à EUGEO na Europa, à AGA na Ásia e à EGAL na América Latina. Outras organizações, como a AAG e a Regional Studies, têm se concentrado na eficiência de

suas reuniões científicas. Esta é uma decisão altamente respeitável, mas enfatiza mais a funcionalidade dos eventos do que sua natureza verdadeiramente representativa.

Para concluir esta reflexão, em nossa comunidade geográfica, a construção de um lobby latino-americano dentro da UGI é essencial. Um grupo que facilita a coordenação de nossas academias em escala continental e, acima de tudo, defende o desenvolvimento de conhecimento de alta qualidade tanto em espanhol quanto em português, ou, se preferir, às vezes em inglês ou francês. A geografia de toda a América do Sul e Central e do Caribe é muito importante; ela avançou paralelamente à crescente importância de todos os países no cenário internacional. Por todas estas razões, é necessário estabelecer associações e fóruns comuns, sempre vinculados à UGI e a outras organizações internacionais. Por meio da existência de uma determinada estrutura, projetaremos melhor os resultados de nossas pesquisas e agregaremos valor às nossas próprias expressões em relação a uma análise espacial e territorial renovada.

Referências

- BAILLY, A. (1979); *La perception de l'espace urbain. Les concepts, les méthodes d'études, leur utilisation dans la recherche urbanistique*. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme.
- BARKER, Ch. (2012): *Cultural studies. Theory and practice*. Londrese Thousand Oaks (California): SAGE.
- BERTRAND, G. y BERTRAND, C. (2002); *Une géographie traversière. L'environnement à travers territoires et temporalités*. Paris: Ed. Arguments.
- BLANCO, A et alt. (2021): *Diccionario de turismo*, Madrid: Cátedra.
- BRUNN, S. (Ed.) (2015): *The changing world religion map. vol. 1: sacred places, identities, practices and politics*. V volúmenes. Dordrecht y New York; Springer.
- BUCHANAN, C. (1963): *Traffic in towns*. Londres: Penguin Books.
- BUNGE, W. (1962): *Theoretical geography*. Lund: C.W.K. Gleerup.
- BUNGE, W. (1971): *Fitzgerald. Geography of a revolution. A book about one square mile in the center of Detroit*. Cambridge (MA): Schenkman.
- BUZAI, G. (2014): "Sistemas de información Geográfica: 50 Años. Editorial". *Geografía y Sistemas de Información Geográfica. Revista digital del Grupo de Estudios*

sobre Geografía y Análisis Espacial con Sistemas de Información Geográfica (GESIG), Núm. 6, 1-3.

CAPEL, H. (1981): *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea. Una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova.

CASTELLS, M. e HIMANEN, P. (2014): *Reconceptualizing development in the global information age*. Oxford: Oxford University Press.

CHORLEY, R.J. y HAGGETT, P. (1967): *Models in geography*. London: Methuen

CLAVAL, P. (1974): *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*. Paris: A. Colin.

CLUB DE ROMA (1972): *Los límites al crecimiento: Informe al Club de Roma sobre el futuro de la Humanidad*. Suiza: Club de Roma.

Conferencia de Rio de Janeiro (1992): *Declaración de Rio. Declaración Sobre Bosques y Agenda XXI*. Rio de Janeiro: Convención Internacional sobre Cambio Climático y Diversidad Biológica.

CRESWELL, T. (2004): *Place. A short introduction*. Oxford: Blackwell.

D'ALISA, G.; DEMARIA, F. y KALLIS, G. (2015): *Décroissance. Vocabulaire pour une nouvelle ère*. Paris: Le PassagerClandestin.

DARWIN, Ch. (1859); *On the origin of species*. Londres: John Murray.

DELEUZE, G. y GUATTARI, F. (1972): *Mille plateaux. capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Minuit.

DOMÍNGUEZ-MUJICA, J. (2016): "[Migrating abroad to get ahead: the emigration of young Spanish adults during the financial crisis \(2008–2013\)](#)", en *Global change and human mobility*,. Pp. 203-223. Singapur: Springer.

DROOGLEVER, J. (2019): "Women geographers and the International Geographical Union." *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* 81, 1-16.

ELÍAS DE CASTRO, I. (1992): *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil..

ESTOK, S.C. y CHOU, S.S. (2017): "Foreword: the city and the anthropocene" in *Concentric: Literary and Cultural Studies*, 43 (1), 3–11. <https://doi.org/10.6240/concentric.lit.2017.43.1.01>

FARINELLI, F. (2003): *Geografia. Un'introduzione ai modelli del mondo*. Turín: [Einaudi](#)

FARINELLI, F. 2009 *La crisi della ragione cartografica*. Turín: [Einaudi](#)

- FARINÓS, J y ROMERO, J. (Coords.) (2007): *Gobernabilidad y buen gobierno par el desarrollo sostenible: nuevos principios y nuevas políticas en el espacio europeo*. Valencia: PublicacionsUniversitat de Valencia.
- FOUCAULT, M. (1969): *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- GRASLAND, C. (2004): “Les Inégalitésregionales dans une Europe élargie”, en B. CHAVAVE (Dit.), *Les incertitudes du grand élargissement: L'Europe centrale et balte dans l'integration européenne*. Pp. 181-214- Paris: L'Harmattan.
- GUIDDENS, A. (1995): *Sociología*. Madrid: Alianza
- GÓMEZ MENDOZA, J., MUÑOZ JIMÉNEZ, J. y ORTEGA CANTERO, N. (1982): *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Universidad.
- GÖNENÇGİL, B. y MEADOWS, M. (Eds.) (2024): *Geography and the antropocene*. Estambul: IstambulUniversityPress.
- HAERSBAERT, R. (2018): *Regional/Global: dilemas de la región y de la regionalización en la Geografía contemporánea*. Buenos Aires: Universidad Pedagógica Nacional.
- HAERSBAERT, R. (2019): “Região”, *GEOgraphia*, Vol. 21, Núm. 45. Pp. 117-120.
- HAGGETT, P. (1965): *Locational analysis in human geography*. London: Edward Arnold
- HARAWAY, D. (1991): *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. Nueva York y Londres: Routledge.
- HARAWAY, D. (2019): *Las promesas de los monstruos: ensayos sobre ciencia, naturaleza y otros inadaptables*. Barcelona: Holobionte
- HARVEY, D. (1973): *Social justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press
- HARVEY, D. (2003): *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- HERODOTE (1976-2023): *Herodote. Revue de Géographie et Géopolitique*. Paris: Institute de Gépolitique Paris 8 y La Découverte.
- IGN (2018): *Atlas nacional de España. Compilación: España en mapas, una síntesis geográfica*. Madrid: IGN, Ministerio de Fomento.
- KOLOSOV, V.; GARCIA-ÁLVAREZ, J., HEFFENAN, M. y SCHELLHAAS, B. (Eds.) (2022): *A geographical century. Essays for the centenary of the International Geographical Union*. Cham (Suíza): Springer.

- LACOSTE, Y. (1966): *Géographie du sous-développement*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LACOSTE, Y. (1976): *La géographie, ça sert, d'abord, a faire la guerre*. Paris : Maspero
- LATOUR, B. (1993): *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: La Découverte.
- LATOUR, B. (2017): *Où atterrir? Comme s'orienter en politique*. Paris: La Découverte.
- LATOUR, B. (2022): *Nunca fuimos modernos: ensayos de antropología simétrica*. Quito: FLACSO Ecuador.
- LATOUR, B. y WOOLLGAR, S (1995): *La vida en el laboratorio: la construcción de los hechos científicos*. Madrid: Alianza
- LEFEBVRE, H. (1968): *Le droit à la ville*. Paris: Seuil.
- LEFEBVRE, H. (1974): *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LYOTARD, F. (1979): *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit
- MÉNDEZ GUTIÉRREZ DEL VALLE, R. (2007): "Globalización y organización espacial de la actividad económica", en J. ROMERO (Coord.), *Geografía humana: procesos, riesgos e incertidumbres en un mundo globalizado*. Pp. 221-273. Barcelona: Ariel.
- MITCHELL, D. (2000): *Cultural geography: a critical introduction*. Oxford: Blackwell
- MOYO, I. y NDLOVU-GATSHENI, S.J. (2023): *The paradox of planetary human entanglements: challenges of living together*. London: Routledge
- NOVACK, G. (1974): *La ley del desarrollo desigual y combinado de la sociedad*. Bogotá: Ed. Pluma.
- ORTEGA VALCÁRCEL, J. (2000): *Los horizontes de la geografía. Teoría de la geografía*. Barcelona: Ariel.
- PACIONE, M. (2001): *Urban geography: a global perspective*. Londres y Nueva York: Routledge.
- PELLING, M. (2003): *The vulnerability of cities. Natural disasters, social resilience*. Londres: Routledge.
- PHILLIPONEAU, M. (1999): *Geografía aplicada*. Ariel: Barcelona.
- PIKETTY, T. (2013): *Le Capital au XXème siècle*. Paris: Le Seuil.

PORTO GONÇALVES, C.W. (2015): “Del desarrollo a la autonomía. La reinención de los territorios. El desarrollo como noción colonial”, en *Kavilando*, Vol. 7, núm. 2. Ejemplar dedicado a contexto y transformaciones en América Latina. Pp. 157-161.

RATZEL, F. (1897); *Politische Geographie*. Munich y Leipzig: Verlag von N. Oldenburg.

ROBIC, M.-C. (2006) *Couvrir le monde. Un grand XX^e siècle de géographie française*, Paris, ADPF-Ministère des Affaires étrangères

SCHAEFFER, F. (1953): *Excepcionalism in geograohy*. Washington: AAG.

SANTOS, D. (2002): *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora Unesp.

SASSEN, S. (2014): *Expulsiones*. Zaragoza: Karz Ed.

SCHELHASS, B. (2022): “The International Geographical Union in the post-war period”, en KOLOSOV, V.; GARCIA-ÁLVAREZ, J., HEFFENAN, M. y SCHELLHAAS, B. (Eds.), *A geographical century. Essays for the centenary of the International Geographical Union*. Pp. 22-35. Cham (Suíza): Springer.

SEN, A. (1981): [Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation](#). Oxford y Nueva York: Oxford University Press.

SHIMAZU, T. (2015); “War, Peace and Geographical Internationalism: The 1871 Antwerp International Geographical Congress”. *Geographical Reports of Tokyo Metropolitan University*, 50, 97-105.

SOJA, E. (1996): *Thirdspace. Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford y Malden (Massachusetts): Blackwell.

STIGLITZ, J. (2002): [Globalization and its discontents](#). New York: W.W. Norton & Company.

STUTZ, F. y De Souza, A. (1997) *The World Economy; Resources, Location, Trade and Development*. Hoboken (New Jersey): Prentice Hall.

TAYLOR, P.J. (1994): -Taylor, P.J. (1985): *Political Geography: World-Economy, Nation-State, and Locality*. Londres: Longman Group.

TUAN, Y.F. (2004): *Place, Art and Self*. Santa Fe y Chicago: University of Virginia Press y Columbia College.

VERA, F.; López-Palomeque, F.; Marchena, M. y Antón, S. (2011): *Análisis territorial del turismo y planificación de destinos turísticos*. Valencia: Tirant.

VIDAL DE LA BLACHE, P. (1881): *États et nations d'Europe*. Paris: Delagrave.

VIDAL DE LA BLACHE, P. (1903): *Tableau de Géographie de la France*. Paris : Hachette..

VINUESA, J. y GALIANA, L. (2010): *Teoría y Práctica para una Ordenación racional del Territorio*. Madrid: Síntesis.

ZALASIEWICZ, J.; WILLIAMS, M.; STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. & al. (2017): “The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations”. *Anthropocene* 19: 55-60.

Autor

Rubén Camilo Lois González – É Graduado em Geografia e História e doutor em Geografia pela Universidad de Santiago de Compostela (USC). Atualmente é Professor e Catedrático de Análise Geográfica Regional do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela (USC).

Endereço: Universidade de Santiago de Compostela, praça da Universidade, 1, 15782, Santiago de Compostela, Espanha.

Artigo recebido em: 01 junho de 2025 .

Artigo aceito em: 18 de julho de 2025.

Artigo publicado em: 30 de julho de 2025.